Programa de capacitação civil: Gestão de riscos
e preparação para emergências

TSUNAMI
GUIA PARA INSTITUIÇÕES
Fase 1: ANTES

DOCUMENTO EDUCATIVO PARA A POPULAÇÃO GERAL
DA AMÉRICA LATINA E DOS ESTADOS UNIDOS

www.centrodelreinodepazyjusticia.com/pt

CENTRO DO REINO DE PAZ E JUSTIÇA

**Programa de capacitação civil: Gestão de riscos
e preparação para emergências**

TSUNAMI
GUIA PARA INSTITUIÇÕES
Fase 1: ANTES

PLANEJAMENTO, PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO INSTITUCIONAL



Documento educativo para a população geral
da América Latina e dos Estados Unidos

Edição 1 - 2026

GUIA EDUCATIVO DE GESTÃO DE DESASTRES: TSUNAMIS
FASE 1: ANTES
PARA INSTITUIÇÕES

| Primeira edição · Outubro de 2026
TSUNAMIS EM INSTITUIÇÕES — FASE 1: ANTES © 2026 por Centro do Reino de Paz e Justiça está sujeito aos termos da licença Creative Commons Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Para consultar uma cópia desta licença, visite https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

• EDIÇÃO:
Centro do Reino de Paz e Justiça

• DIREÇÃO:
Dr. José Benjamín Pérez Matos — Presidente

• REVISÃO TÉCNICA:
Olexandr Parkhomenko
Especialista em Gestão do Risco de Desastres
Engenheiro nuclear

• DESIGN E ILUSTRAÇÃO:
Equipe de design CRPJ

• ALCANCE
Este material tem caráter geral, educativo, preventivo e orientativo. Destina-se a facilitar a preparação de instituições, organizações e estabelecimentos que concentram pessoas diante do risco de tsunami.

Não substitui nem se sobrepõe à legislação, regulamentação, protocolos, planos de emergência, normas técnicas, disposições de proteção civil, requisitos de segurança ou instruções emitidas pelas autoridades ou órgãos legalmente competentes de cada jurisdição.

Cada instituição deverá adaptar estas recomendações à sua localização, às características da edificação, à atividade, à capacidade de ocupação, à população atendida e aos riscos específicos, de acordo com a legislação vigente e com os planos oficiais de emergência e evacuação aplicáveis.

Quando houver qualquer diferença entre este material e uma norma, protocolo, mapa de evacuação, ordem ou orientação de uma autoridade competente, **deverão prevalecer sempre a legislação e as instruções oficiais aplicáveis no local.**

Em uma emergência real, deverão ser seguidas as orientações dos órgãos de proteção civil, gestão de emergências, segurança e demais autoridades competentes da jurisdição.

• REPRODUÇÃO:
Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste material sem fins lucrativos, citando a fonte.

Centro do Reino de Paz e Justiça
Web: www.centrodelreinodepazyjusticia.com/pt
Contato: info@centrodelreinodepazyjusticia.com

BAIXE E COMPARTILHE

Este guia faz parte de uma coleção de módulos sobre preparação para desastres.
Baixe gratuitamente escaneando o QR Code.

NÍVEIS OFICIAIS DE AVISO DE TSUNAMI SEGUNDO O PAÍS

Cada país utiliza seus próprios nomes para os níveis de aviso de tsunami.

A tabela a seguir reúne os nomes utilizados pelos órgãos oficiais de alguns países da América.
É uma referência geral e não substitui as informações das autoridades de cada localidade.

PAÍS (órgão)	É POSSÍVEL (prepare-se para agir)	PERIGO NA PRAIA (saia da água)	IMINENTE OU EM CURSO (evacue)
EUA NWS · em inglês	*Tsunami Watch*	*Tsunami Advisory*	*Tsunami Warning*
EUA e Porto Rico NWS · em espanhol	Vigilancia de tsunami	Advertencia de tsunami	**Aviso de tsunami**
Canadá inglês / francês	*Watch/veille*	*Advisory/avis*	*Warning/avertissement*
México CAT-SEMAR	Boletín informativo	**Alerta de tsunami**	
Chile SHOA y SENAPRED	Informativo	Precaución	**Alerta o Alarma**
Peru DHN	Alerta	—	**Alarma**
Equador INOCAR	Estado de observación	—	**Estado de advertencia**
Colômbia DIMAR y UNGRD	Vigilancia	Advertencia	**Alerta**
Rep. Dominicana COE	Alerta verde	Alerta amarilla	—

TSUNAMI

GUIA PARA INSTITUIÇÕES | FASE 1: ANTES

PLANEJAMENTO, PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO DA APRENDIZAGEM

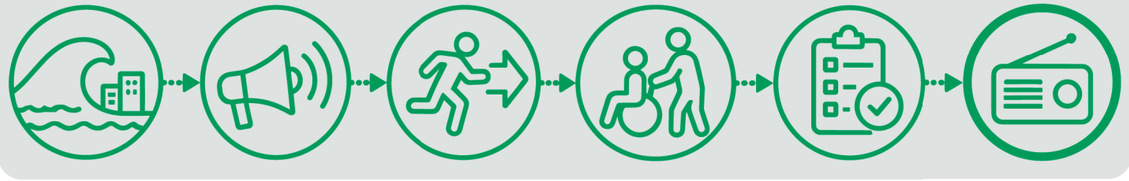
Resolver antecipadamente aquilo que não haverá tempo de decidir durante a emergência: quem determina a evacuação, como todas as pessoas serão alertadas, quais rotas e zonas seguras serão utilizadas, quem conduzirá e auxiliará cada grupo e como será feita a contagem.

A preparação é uma das ferramentas mais eficazes para proteger a vida diante de um tsunami.
Em tsunamis de origem próxima, o tempo disponível para evacuar pode ser de apenas alguns minutos e é possível que as ondas cheguem antes que um alerta oficial seja emitido ou recebido.

Para uma instituição, organização ou estabelecimento que concentra pessoas, essa preparação assume importância especial. Durante uma emergência, podem estar simultaneamente no local trabalhadores, membros da organização, crianças, idosos, pessoas com deficiência, fornecedores, visitantes ou pessoas que desconhecem completamente o risco e as rotas de evacuação.

Por essa razão, a resposta institucional não pode depender de improvisação nem exclusivamente das decisões individuais das pessoas que estiverem presentes.

Toda instituição situada em uma zona suscetível a tsunami deve dispor de um **Plano Institucional de Emergência e Evacuação por Tsunami,** adaptado às características do estabelecimento, sua localização, quantidade e tipo de ocupantes, atividades desenvolvidas e condições locais.



O objetivo desta fase é que a instituição tenha definido previamente:

- Se o estabelecimento está dentro de uma zona de ameaça;
- quando uma evacuação deve ser iniciada;
- quem tem autoridade para iniciá-la;
- como todas as pessoas presentes serão alertadas;
- quais rotas deverão ser utilizadas;
- para onde será feita a evacuação;
- quem conduzirá cada setor ou grupo;
- quem auxiliará as pessoas que precisarem de apoio;
- como será feita a contagem;
- como será mantida a comunicação;
- como agir se os responsáveis habituais estiverem ausentes;
- o que fazer se uma rota estiver bloqueada;
- como proceder se as comunicações deixarem de funcionar.

Princípio fundamental: Diante de uma ameaça de tsunami, a prioridade absoluta da instituição é proteger a vida. Nenhum procedimento administrativo, objeto, documento, equipamento, veículo, arquivo, dinheiro ou outro bem material justifica atrasar uma evacuação.

1.1. DETERMINAR O RISCO DO ESTABELECIMENTO

Toda instituição localizada em uma zona costeira deve determinar previamente se suas instalações estão dentro de uma zona suscetível a inundações por tsunami.

Não se deve presumir que um estabelecimento é seguro apenas por estar localizado a determinada distância da praia. Os tsunamis podem avançar para o interior do território, deslocar-se por rios, estuários, canais e outras vias de água, afetando áreas que não estão diretamente voltadas para o mar.

1 CONSULTAR OS MAPAS OFICIAIS

A instituição deve identificar:

- As áreas oficialmente consideradas de ameaça ou inundação por tsunami;
- os limites das zonas de evacuação;
- a localização exata do estabelecimento em relação a esses limites;
- as rotas oficiais de evacuação;
- as zonas altas ou áreas de segurança;
- os pontos de encontro estabelecidos pelas autoridades;
- os edifícios ou estruturas oficialmente designados para evacuação vertical, quando existirem;
- as rotas alternativas disponíveis caso a principal esteja bloqueada.

Os mapas, altitudes, rotas e limites estabelecidos pelas autoridades locais devem prevalecer sobre qualquer regra geral.

Como referência internacional de preparação, quando não houver informação local disponível, pode-se considerar como objetivo se dirigir a aproximadamente 30 metros acima do nível do mar ou o mais distante possível do mar, para o interior. Essa referência não substitui os mapas oficiais de ameaça e evacuação de cada localidade.





1.35. OBJETIVO PRINCIPAL DA PREPARAÇÃO INSTITUCIONAL

A preparação institucional diante de um tsunami não consiste apenas em ter alarmes, placas, kits de primeiros socorros ou um documento denominado "plano de emergência".

Consiste em ter tomado ANTES todas as decisões que provavelmente não haverá tempo de tomar durante uma emergência:

- Saber se o estabelecimento está exposto,
- conhecer os sinais de perigo,
- saber quem inicia a evacuação,
- saber quem assume o comando se o responsável estiver ausente,
- saber como alertar todos,
- saber qual saída utilizar,
- conhecer uma rota alternativa,
- saber para onde se dirigir,
- saber quem conduz cada grupo,
- saber quem precisa de assistência,
- saber como evacuar crianças,
- saber como auxiliar idosos,
- saber como auxiliar pessoas com deficiência,
- saber como orientar visitantes,
- saber como realizar a contagem,
- dispor dos equipamentos essenciais,
- manter comunicações alternativas,
- conhecer o ponto seguro,
- praticar todo o procedimento.

Quando começa uma emergência:
Não é hora de elaborar o plano; é hora de executá-lo.

Por isso, toda instituição, organização, clube, igreja, templo, associação, estabelecimento de ensino, centro comunitário ou espaço que concentre pessoas dentro de uma zona suscetível a tsunami deve preparar, revisar e praticar seu plano até que as funções essenciais possam ser executadas mesmo sob pressão, com comunicações limitadas e com os responsáveis habituais ausentes.



2 AVALIAR O ENTORNO IMEDIATO

Os responsáveis institucionais devem percorrer fisicamente as rotas previstas. Não basta identificá-las em um plano.

Deve-se verificar:

- Quais ruas, trilhas ou vias conduzem a áreas seguras;
- quais pontes, túneis ou passagens estreitas podem ficar inutilizados;
- onde existem muros, postes, árvores, placas, vidros, fachadas ou outros elementos suscetíveis a cair após um terremoto;
- quais setores apresentam risco de desabamentos ou deslizamentos;
- quais cursos d'água devem ser evitados;
- onde podem ocorrer aglomerações ou congestionamentos de pessoas;
- quais obstáculos dificultariam o deslocamento de crianças, idosos ou pessoas com deficiência;
- quais rotas alternativas podem ser utilizadas.

As rotas também devem ser avaliadas considerando escuridão, chuva e outras condições que possam dificultar a evacuação.

1.2. ELABORAR UM PLANO INSTITUCIONAL DE EVACUAÇÃO

O plano deve ser escrito, atualizado, conhecido por quem tiver responsabilidades operacionais e poder ser executado mesmo na ausência da autoridade máxima da instituição.



Deve contemplar, no mínimo:

- Procedimento de ativação;
- estrutura de comando;
- responsáveis titulares e suplentes;
- sistema de alerta interno;
- setores e grupos de evacuação;
- rotas principais e alternativas;
- pontos seguros;
- procedimentos de assistência;
- equipamentos de emergência;
- comunicações;
- contagem de pessoas;
- reunificação, quando aplicável;
- coordenação com as autoridades;
- procedimentos diante de falhas de energia elétrica e telecomunicações.

O plano deve ser simples o suficiente para ser colocado em prática rapidamente, mesmo em situações de estresse.

1.3. ESTABELECER UMA ESTRUTURA DE COMANDO

A instituição deve determinar previamente quem conduzirá a emergência.

No mínimo, devem ser estabelecidos:

- Responsável geral pela evacuação,
- substituto do responsável geral,
- responsáveis pelos setores,
- substitutos dos responsáveis pelos setores,
- responsáveis por grupos específicos,
- responsável pelas comunicações,
- responsável pelos primeiros socorros,
- responsável pelos equipamentos de emergência,
- responsáveis pela assistência a pessoas que precisem de apoio,
- responsável pela contagem na zona segura.

Nenhuma função crítica deve depender exclusivamente de uma única pessoa.

A emergência pode ocorrer quando diretores, encarregados, professores, líderes religiosos, treinadores ou outros responsáveis habituais estiverem ausentes.

1.4. ESTABELECER QUEM PODE DETERMINAR A EVACUAÇÃO

A instituição deve definir previamente quem pode iniciar uma evacuação e em quais circunstâncias.

O procedimento não deve gerar uma demora desnecessária esperando autorizações hierárquicas quando houver um sinal natural evidente de tsunami.

Toda a equipe deve conhecer os principais sinais naturais:



terremoto forte ou prolongado;



mudança repentina e anormal do nível do mar;



ruído estranho ou intenso vindo do oceano.

DIANTE DESSES SINAIS, PODE SER NECESSÁRIO EVACUAR SEM ESPERAR UMA SIRENE, MENSAGEM TELEFÔNICA OU COMUNICAÇÃO OFICIAL.

O plano institucional deve permitir uma ação imediata mesmo quando as comunicações com autoridades ou superiores não estiverem disponíveis.

1.34. REGRAS FUNDAMENTAIS PARA TODA INSTITUIÇÃO

1. **CONHEÇA O RISCO**
   Determine previamente se o estabelecimento está dentro de uma zona suscetível a tsunami.
2. **TENHA UM PLANO ESCRITO E PRATICADO**
   Uma emergência não é o momento para decidir responsabilidades e procedimentos.
3. **ESTABELEÇA RESPONSÁVEIS E SUPLENTES**
   Nenhuma função crítica deve depender de uma única pessoa.
4. **RECONHEÇA OS SINAIS NATURAIS**
   Um terremoto forte ou prolongado, uma mudança repentina e anormal do mar ou um ruído incomum vindo do oceano podem significar perigo.
5. **NÃO DEPENDA EXCLUSIVAMENTE DE UM ALERTA OFICIAL**
   Um tsunami de origem próxima pode chegar antes que um alerta tecnológico seja recebido.
6. **CONHEÇA AS ROTAS**
   Disponha de uma rota principal e alternativas.
7. **PLANEJE PRINCIPALMENTE UMA EVACUAÇÃO A PÉ**
   Os veículos podem ficar presos e bloquear as vias.
8. **PREPARE TODAS AS PESSOAS**
   Trabalhadores, membros, crianças, idosos, pessoas com deficiência e visitantes devem ser contemplados.
9. **MANTENHA AS SAÍDAS DESOBSTRUÍDAS**
   Uma rota bloqueada pode transformar uma deficiência cotidiana em um problema crítico.
10. **PRATIQUE**
    O plano deve ser verificado por meio de simulações.
11. **AVALIE E CORRIJA**
    Toda falha identificada deve resultar em uma melhoria concreta.
12. **NÃO ARRISQUE VIDAS POR BENS MATERIAIS**
    Documentos, dinheiro, equipamentos, veículos e instalações são substituíveis.
13. **SIGA AS ORIENTAÇÕES DAS AUTORIDADES**
    Os mapas, rotas, zonas de evacuação e procedimentos oficiais de cada região têm prioridade sobre as recomendações gerais.



1.33. REGRA INSTITUCIONAL DE DECISÃO

Diante de um tsunami de origem próxima, pode não haver tempo suficiente para receber, verificar ou esperar informações adicionais.

Por isso, todo responsável institucional deve conhecer, antes da emergência, uma regra simples:

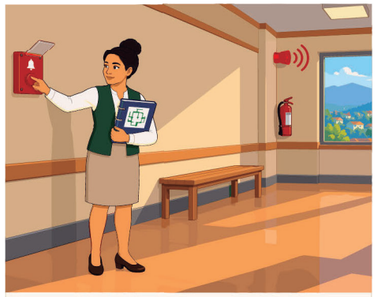
Se o estabelecimento estiver em uma zona costeira e for sentido um terremoto forte ou prolongado, for observada uma mudança repentina e anormal do mar ou for ouvido um ruído incomum vindo do oceano, proceda da seguinte forma:



Proteger-se primeiro do terremoto.



Assim que for possível deslocar-se com segurança, iniciar a evacuação.



Ativar o plano institucional.



Afastar as pessoas do mar.



Conduzi-las para a zona segura estabelecida.

Não esperar para ver o tsunami.
Não atrasar a evacuação para proteger bens ou concluir procedimentos administrativos.
Não retornar!

1.5. PLANEJAR UMA EVACUAÇÃO PRINCIPALMENTE A PÉ

O planejamento deve partir do pressuposto de que será necessário evacuar a pé. Depois de um terremoto, pode haver ruas danificadas, escombros, cabos caídos, congestionamentos, semáforos fora de serviço e vias bloqueadas. O uso em massa de automóveis pode gerar congestionamentos e dificultar a evacuação.



A instituição deve:

- Estabelecer uma rota principal,
- dispor de uma ou mais rotas alternativas,
- percorrê-las previamente,
- determinar quanto tempo a evacuação real exige,
- avaliar a capacidade de circulação das rotas,
- identificar pontos de possível congestionamento,
- considerar a velocidade das pessoas que precisam de mais tempo para se deslocar,
- evitar que o plano dependa exclusivamente de veículos.

Os veículos só devem ser incorporados ao procedimento quando as condições locais, as características de determinadas pessoas ou as orientações das autoridades assim justificarem.

1.6. PLANEJAR A EVACUAÇÃO VERTICAL QUANDO FOR APLICÁVEL

A evacuação horizontal para terrenos elevados e fora da zona de ameaça deve ser a opção prioritária sempre que puder ser realizada a tempo.

Quando não houver terreno elevado acessível ou o tempo disponível for insuficiente, algumas localidades dispõem de estruturas especificamente avaliadas ou designadas para evacuação vertical.

A instituição deve conhecer previamente:

- Quais são essas estruturas,
- onde estão localizadas,
- como acessá-las,
- quais escadas devem ser utilizadas,
- quais níveis foram estabelecidos como abrigo,
- quantas pessoas podem se dirigir a elas,
- quanto tempo o percurso exige.

Nunca se deve esperar a emergência para decidir onde será realizada uma evacuação vertical.

NÃO SE DEVE PRESUMIR QUE QUALQUER EDIFÍCIO ALTO SEJA SEGURO DIANTE DE UM TSUNAMI.

1.7. INSTALAR E MANTER A SINALIZAÇÃO INTERNA

As pessoas presentes devem conseguir compreender rapidamente como sair do estabelecimento.

A instituição deve manter claramente identificados:

- Saídas,
- saídas de emergência,
- rotas internas de evacuação,
- escadas,
- direção para a zona segura,
- ponto de encontro,
- localização dos equipamentos de emergência,
- setores que não devem ser utilizados durante uma evacuação.

Quando aplicável, devem ser colocados mapas de evacuação em locais visíveis.

A sinalização deve ser compreensível para uma pessoa que visite o estabelecimento pela primeira vez.

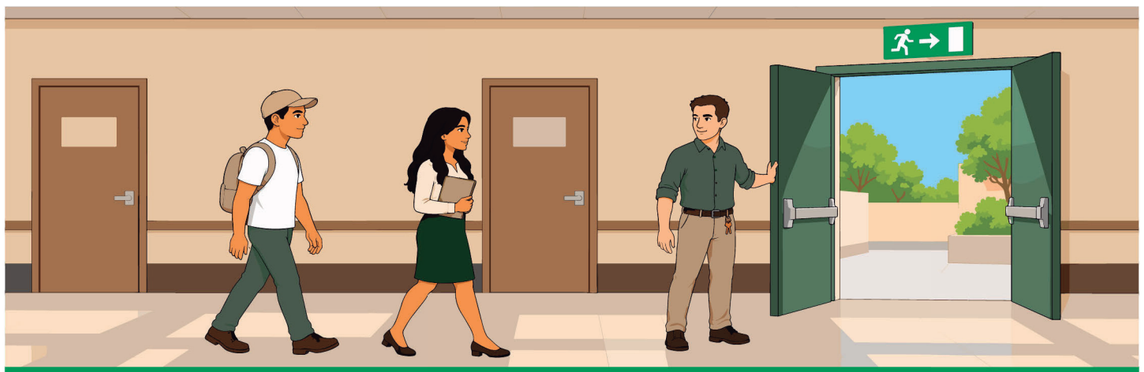
Quando a instituição receber habitualmente pessoas que não compreendam o idioma local, deverá considerar sinalização por meio de pictogramas, símbolos universalmente reconhecíveis ou instruções nos idiomas necessários.

1.8. MANTER AS ROTAS PERMANENTEMENTE DESOBSTRUÍDAS

As rotas de evacuação não são espaços de armazenamento.

Nunca devem ser bloqueadas por:

- caixas,
- móveis,
- cadeiras,
- mercadorias,
- equipamentos,
- materiais,
- equipamentos esportivos,
- objetos religiosos ou cerimoniais,
- resíduos,
- veículos,
- estruturas temporárias,
- qualquer outro item que reduza a capacidade de circulação.



As portas e saídas previstas para uma emergência devem poder ser utilizadas imediatamente.

1.32. LISTA DE VERIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ANTES DE UM TSUNAMI

Toda instituição localizada em uma zona suscetível a tsunami deve ser capaz de responder **SIM** às seguintes perguntas:

- ☐ Sabemos se o estabelecimento está dentro de uma zona de ameaça?
- ☐ Conhecemos o mapa oficial de evacuação?
- ☐ Sabemos onde começa a zona segura?
- ☐ Temos um Plano Institucional de Emergência e Evacuação por Tsunami?
- ☐ Existe um responsável geral?
- ☐ Existe um substituto?
- ☐ Cada função crítica tem um suplente?
- ☐ Todos os responsáveis conhecem suas funções?
- ☐ Sabemos quem pode iniciar uma evacuação?
- ☐ O procedimento permite agir diante de sinais naturais sem atrasos desnecessários?
- ☐ Reconhecemos os sinais naturais de tsunami?
- ☐ Conhecemos os sistemas oficiais de alerta?
- ☐ Temos um sistema de alerta interno?
- ☐ Ele funciona sem energia elétrica?
- ☐ O alarme pode ser percebido por pessoas com deficiência?
- ☐ Conhecemos a rota principal?
- ☐ Temos rotas alternativas?
- ☐ Já as percorremos a pé?
- ☐ Conhecemos o tempo real de evacuação?
- ☐ As rotas permanecem desobstruídas?
- ☐ As saídas estão claramente sinalizadas?
- ☐ Os visitantes conseguem compreender para onde evacuar?
- ☐ Temos procedimentos para crianças?
- ☐ Temos procedimentos para idosos?
- ☐ Temos procedimentos para pessoas com deficiência?
- ☐ Temos procedimentos para pessoas com necessidades médicas?
- ☐ Sabemos como evacuar com ocupação máxima?
- ☐ Temos um ponto seguro de encontro?
- ☐ Temos um ponto alternativo?
- ☐ Existe um procedimento de contagem?
- ☐ Existe um procedimento de reunificação, quando aplicável?
- ☐ Temos comunicação alternativa se os telefones falharem?
- ☐ Temos rádio que funciona independente da rede elétrica?
- ☐ Temos equipamentos institucionais de emergência?
- ☐ Estão em local de fácil acesso?
- ☐ Estão revisados e em condições de uso?
- ☐ Os móveis e objetos pesados estão fixados?
- ☐ As rotas funcionariam depois de um terremoto?
- ☐ Podemos evacuar durante a noite?
- ☐ Podemos evacuar em condições meteorológicas adversas?
- ☐ Realizamos simulações periódicas?
- ☐ Avaliamos cada simulação?
- ☐ Corrigimos as falhas identificadas?
- ☐ O plano está atualizado?
- ☐ Todos compreendem que nenhum bem material justifica atrasar uma evacuação?

Se alguma resposta for **NÃO**, existe um aspecto da preparação institucional que ainda precisa ser resolvido.

1.31. MANTER O PLANO ATUALIZADO

Um plano desatualizado pode deixar de ser eficaz.

1 REVISAR PERIODICAMENTE O PLANO

Deve ser revisado periodicamente e sempre que:

- Mudarem as autoridades ou responsáveis,
- for alterada a distribuição do estabelecimento,
- mudar a quantidade ou as características dos ocupantes,
- forem incorporadas novas atividades,
- forem modificadas as rotas de evacuação,
- as autoridades publicarem novos mapas,
- mudarem os sistemas locais de alerta,
- forem construídas novas estruturas,
- forem identificadas novas necessidades de acessibilidade,
- mudarem os telefones ou contatos,
- forem detectadas falhas durante uma simulação,
- ocorrer uma emergência real que revele deficiências.



Toda alteração deve ser comunicada a quem tiver responsabilidades dentro do plano.

2 O QUE NÃO DEVE FAZER PARTE DO PLANO INSTITUCIONAL

Uma preparação adequada também exige identificar comportamentos que devem ser evitados.

NÃO planeje:

- Esperar necessariamente uma sirene antes de evacuar;
- esperar necessariamente uma mensagem telefônica;
- esperar a presença da autoridade máxima da instituição;
- exigir autorizações hierárquicas desnecessárias diante de sinais naturais evidentes;
- retornar para buscar documentos;
- recuperar dinheiro ou bens;
- transportar equipamentos;
- proteger veículos;
- depender exclusivamente de automóveis;
- utilizar elevadores como item essencial de uma evacuação vertical;
- utilizar rotas nunca verificadas;
- improvisar o ponto seguro;
- concentrar todas as funções críticas em uma única pessoa;
- enviar equipe para buscar pessoas que já deveriam ter evacuado se isso implicar entrar novamente ou permanecer em perigo;
- permitir que visitantes se dirijam à costa para observar;
- atrasar a evacuação para concluir procedimentos administrativos.

Cada uma dessas ações pode consumir minutos críticos.

1.9. CONHECER OS SISTEMAS OFICIAIS DE ALERTA

A instituição deve conhecer quais sistemas são utilizados pela localidade:



Se houver sirenes, a equipe deve conhecer seus sinais e diferenciar os testes periódicos de um alerta real.

A instituição deve dispor de meios alternativos para receber informações.

Um rádio portátil a pilhas ou de manivela deve fazer parte do equipamento institucional, porque a eletricidade, a internet e as redes telefônicas podem falhar ou ficar congestionadas.

1.10. ESTABELECER UM SISTEMA DE ALERTA INTERNO

Receber um alerta não é suficiente: deve existir um mecanismo para comunicá-lo imediatamente a todas as pessoas presentes.

De acordo com as características do estabelecimento, podem ser utilizados:

- alarmes,
- sirenes internas,
- sistema de som,
- alto-falantes,
- sinais visuais,
- mensagens internas,
- avisos diretos,
- sistemas de vibração ou outros mecanismos acessíveis.

O sistema deve ser capaz de alertar pessoas que estejam em:

- banheiros,
- escritórios,
- salas de aula,
- salões,
- depósitos,
- vestiários,
- cozinhas,
- pátios,
- áreas esportivas,
- espaços religiosos,
- áreas externas,
- outras dependências normalmente ocupadas.

Deve ser previsto um procedimento alternativo caso falte energia elétrica.

1.11. ORGANIZAR A EVACUAÇÃO POR SETORES

Em estabelecimentos com muitos ocupantes, a evacuação deve ser organizada previamente por setores, grupos ou unidades.

Cada responsável deve saber:

- Quais pessoas ou setores estão sob sua responsabilidade,
- qual saída deve utilizar,
- qual rota deve seguir,
- qual rota alternativa existe,
- para qual zona segura deve se dirigir,
- como comunicar uma ocorrência,
- onde fará a contagem.

A organização deve reduzir cruzamentos, retornos e aglomerações desnecessárias.



1 ENSAIAR CENÁRIOS ADVERSOS

As simulações não devem se limitar ao cenário ideal.



Devem contemplar progressivamente situações como:

- Rota principal bloqueada,
- responsável principal ausente,
- queda de energia elétrica,
- falta de telefonia e internet,
- alarme interno parcialmente fora de serviço,
- evacuação noturna,
- chuva,
- lotação máxima,
- presença de visitantes,
- assistência a pessoas com mobilidade reduzida,
- necessidade de utilizar uma rota alternativa,
- impossibilidade de acessar o ponto de encontro previsto.

O objetivo não é complicar desnecessariamente o exercício, mas verificar se o plano continua funcionando quando algum de seus componentes falha.

2 AVALIAR CADA SIMULAÇÃO

Toda simulação deve terminar com uma avaliação.

Deve-se determinar:

- ☐ Todos reconheceram o alarme?
- ☐ Todos souberam o que fazer?
- ☐ A evacuação começou rapidamente?
- ☐ A estrutura de comando funcionou?
- ☐ Os suplentes funcionaram?
- ☐ Alguma saída ficou congestionada?
- ☐ Surgiram obstáculos?
- ☐ A rota foi adequada?
- ☐ As pessoas que precisavam de assistência conseguiram evacuar?
- ☐ As crianças permaneceram com seus grupos?
- ☐ O sistema de comunicação funcionou?
- ☐ Foi possível realizar a contagem?
- ☐ O ponto seguro teve capacidade suficiente?
- ☐ O que aconteceria se a rota utilizada estivesse bloqueada?

Todo problema identificado durante uma simulação deve gerar uma correção do plano.

1.30. REALIZAR SIMULAÇÕES INSTITUCIONAIS

A preparação teórica não é suficiente. As simulações devem ser realizadas periodicamente e reproduzir, dentro de condições seguras, os problemas que poderiam ocorrer durante uma emergência real.



Elas devem permitir verificar:

- Reconhecimento do alarme,
- tempo de reação,
- tempo total de evacuação,
- funcionamento dos alarmes,
- compreensão das instruções,
- capacidade das rotas,
- funcionamento das rotas alternativas,
- organização dos grupos,
- assistência a pessoas que precisam de apoio,
- comunicação interna,
- procedimento de contagem,
- capacidade do ponto seguro,
- desempenho dos responsáveis e suplentes.

Não se deve estabelecer como regra universal um objetivo de evacuação de "15 minutos". O tempo disponível depende da fonte do tsunami, da topografia, da distância, das rotas e das condições locais.

O objetivo é alcançar a zona segura dentro do tempo de evacuação aplicável à localidade e com a maior margem possível.

1.12. CONHECER A OCUPAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

O plano deve considerar a quantidade máxima e as características das pessoas que podem estar presentes.

Não é a mesma coisa evacuar:

- Um escritório com poucos adultos,
- um templo durante uma celebração,
- um clube durante uma atividade infantil,
- um estabelecimento de ensino,
- uma residência ou centro de atividades para idosos,
- uma instituição com pessoas com deficiência,
- um centro comunitário,
- um evento com grande quantidade de visitantes.

A instituição deve avaliar sua capacidade efetiva de evacuação, considerando a lotação máxima que se possa razoavelmente prever.

1.13. PREPARAR A EQUIPE

Toda pessoa com responsabilidades durante uma emergência deve receber capacitação prévia.



Deve conhecer:

- O risco de tsunami,
- os sinais naturais,
- os alertas oficiais,
- o plano institucional,
- sua função,
- as rotas de evacuação,
- as rotas alternativas,
- o ponto seguro,
- os procedimentos de comunicação,
- o procedimento de contagem,
- as medidas de assistência previstas.

A integração de novos colaboradores deve incluir informações sobre o plano de emergência.

1.14. PREPARAR VISITANTES E PESSOAS QUE NÃO CONHECEM O LOCAL

Uma instituição não pode presumir que todas as pessoas presentes conhecem o risco.

Hotéis, igrejas, templos, clubes, centros comunitários, instituições de ensino, associações, estabelecimentos recreativos e organizações podem receber pessoas que desconheçam completamente as rotas de evacuação.

Por isso:

- Coloque mapas de evacuação em locais visíveis;
- sinalize claramente as saídas;
- indique a direção para a zona segura;
- capacite quem recebe ou atende o público;
- inclua instruções simples;
- considere as necessidades linguísticas dos visitantes;
- inclua visitantes nas simulações quando possível.

O plano deve funcionar mesmo que uma parcela significativa das pessoas presentes nunca tenha estado anteriormente no local.

1.15. PLANEJAR A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O planejamento deve ser inclusivo. Não se deve esperar a emergência para decidir como evacuar uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.



A instituição deve identificar antecipadamente:

- Rotas acessíveis,
- obstáculos,
- escadas,
- desníveis,
- inclinações,
- portas estreitas,
- setores de difícil circulação,
- dispositivos de assistência necessários,
- equipe capacitada para prestar ajuda.

Sempre que possível, as próprias pessoas com deficiência devem participar do planejamento dos procedimentos que as envolvem.

NÃO IMPROVISE DURANTE UMA EMERGÊNCIA TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO OU TRANSPORTE.

2 EM CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS ADVERSAS

A evacuação pode ocorrer sob chuva, frio, vento, calor ou outras condições adversas.

A instituição deve considerar as condições climáticas habituais da região e dispor, quando aplicável, de itens leves que não dificultem a evacuação.



As condições meteorológicas nunca devem se tornar motivo para permanecer dentro de uma zona de ameaça por tsunami.

1.29. PLANEJAR A POSSÍVEL PERDA DE SERVIÇOS



Um tsunami pode afetar:

- eletricidade;
- água potável;
- telecomunicações;
- transporte;
- serviços médicos;
- sistemas sanitários;
- sistemas eletrônicos;
- abastecimento.

A preparação institucional deve contemplar tanto a evacuação imediata quanto as necessidades essenciais durante as primeiras etapas posteriores ao desastre.

No entanto, os suprimentos destinados à emergência nunca devem se transformar em cargas que atrasem a evacuação.

1.27. CONTROLAR SUBSTÂNCIAS E MATERIAIS PERIGOSOS

As instituições que utilizam combustíveis, produtos químicos, gases, substâncias de limpeza ou outros materiais potencialmente perigosos devem armazená-los de acordo com as normas de segurança correspondentes.

Não devem ser colocados de modo que possam:

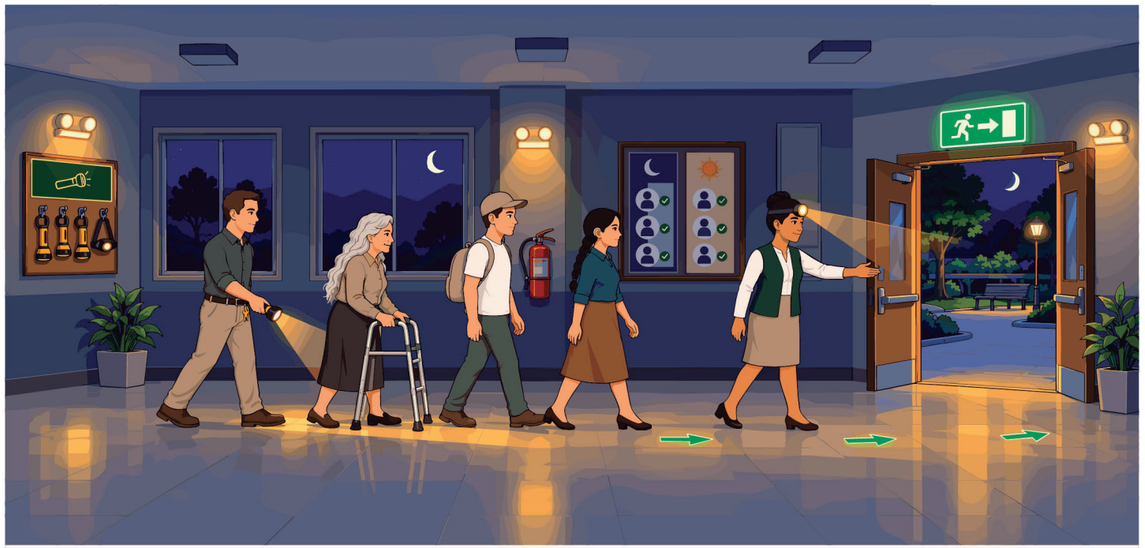
- Bloquear uma saída,
- cair sobre pessoas,
- derramar facilmente,
- produzir riscos adicionais durante um terremoto,
- impedir o acesso a uma rota de evacuação.

Durante uma ameaça imediata de tsunami, ninguém deve atrasar sua evacuação para proteger instalações, desligar serviços ou controlar materiais, salvo quando uma ação puder ser realizada imediatamente, de forma segura e sem atrasar a saída.

1.28. PREPARAR A EVACUAÇÃO

1 DURANTE A NOITE

As instituições que funcionam durante a noite devem garantir que o plano possa ser executado sem energia elétrica.



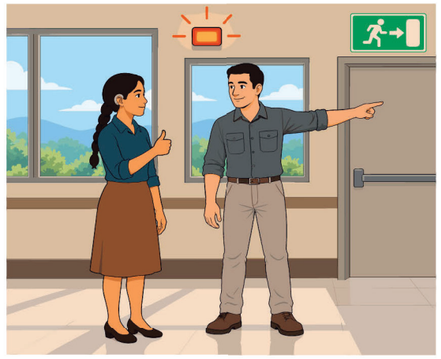
Deve-se verificar:

- Iluminação autônoma de emergência,
- disponibilidade de lanternas,
- visibilidade da sinalização,
- acessibilidade das saídas,
- conhecimento das rotas pela equipe noturna,
- existência de responsáveis e suplentes durante todos os turnos.

Um plano que funciona apenas durante o horário de lotação máxima não é suficiente.

1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O sistema institucional de alerta deve dispor, quando necessário, de alternativas aos sinais exclusivamente sonoros.



Podem ser considerados:

- Sinais visuais,
- luzes de alarme,
- vibração,
- mensagens de texto,
- dispositivos adaptados,
- aviso direto por membros da equipe previamente designados.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL



- As rotas devem ser mantidas permanentemente desobstruídas.
- Os responsáveis designados devem conhecer a forma apropriada de prestar assistência.
- Quando houver cães de assistência, sua evacuação deve ser integrada ao procedimento institucional.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, COGNITIVA OU PESSOAS NEURODIVERGENTES



Quando aplicável, utilize:

- Instruções breves,
- pictogramas,
- sequências visuais,
- demonstrações práticas,
- rotinas previamente ensaiadas.

A preparação deve permitir que cada pessoa compreenda, de acordo com suas possibilidades:

1. O que significa o alarme,
2. com quem deve permanecer,
3. para onde deve se dirigir,
4. o que deve fazer durante a evacuação,
5. o que acontecerá ao chegar à zona segura.

1.16. PLANEJAR A EVACUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As instituições que tenham menores sob sua responsabilidade devem estabelecer procedimentos específicos.

As crianças devem compreender especialmente que:



Devem permanecer com o grupo,



devem obedecer ao adulto responsável,



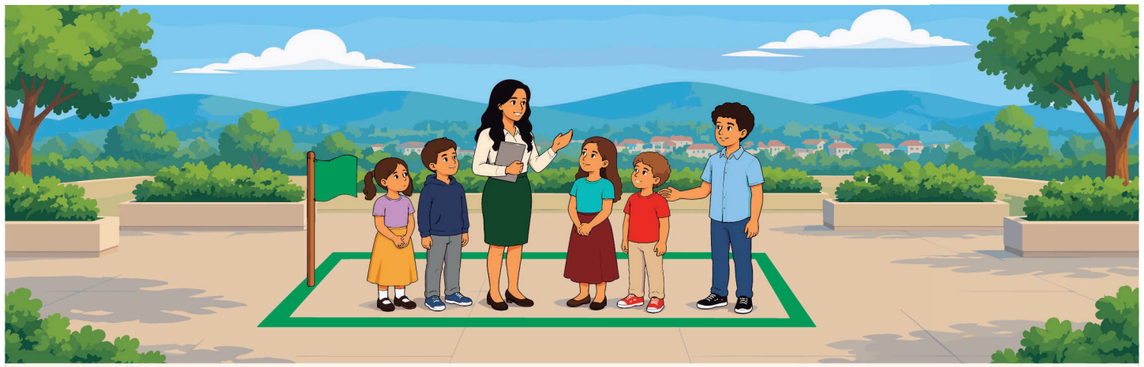
não devem retornar para buscar pertences,



não devem tentar procurar seus pais,



não devem sair por conta própria de uma zona segura.



O plano deve determinar:

- Adultos responsáveis por grupo,
- substitutos,
- método de identificação,
- procedimento de contagem,
- ponto seguro,
- procedimento de reunificação familiar.

Os pais ou responsáveis devem conhecer previamente o procedimento institucional.

1.25. PLANEJAR A REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

As instituições responsáveis por crianças, adolescentes, pessoas dependentes ou outros grupos que posteriormente devam se reunir com familiares devem estabelecer um procedimento de reunificação.

Os familiares devem conhecer previamente:

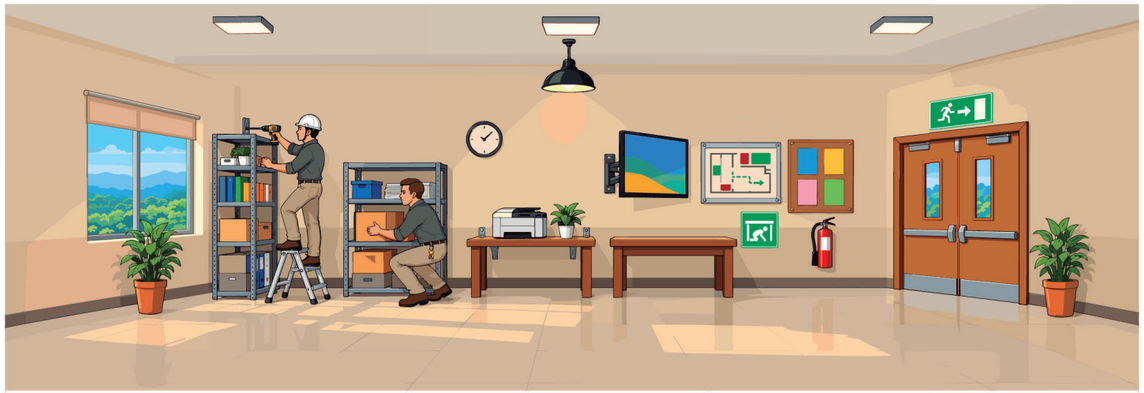
- Para onde a instituição fará a evacuação,
- onde as pessoas permanecerão,
- como serão fornecidas informações,
- quem pode retirar um menor ou pessoa dependente,
- qual procedimento será seguido se as telecomunicações não funcionarem.



Durante uma emergência, os familiares não devem entrar novamente em uma zona de ameaça para tentar chegar à instituição se as pessoas já estiverem sendo evacuadas para um local seguro.

1.26. PREPARAR O ESTABELECIMENTO PARA O TERREMOTO QUE PODE PRECEDER O TSUNAMI

Em tsunamis de origem próxima, um terremoto pode constituir o primeiro sinal de perigo. Por isso, a preparação para o tsunami deve incluir medidas de segurança sísmica.



Antes de uma emergência:

- Fixe móveis altos;
- prenda estantes;
- fixe televisores e telas;
- prenda objetos suspensos;
- mantenha objetos pesados afastados de locais onde possam cair sobre pessoas;
- fixe equipamentos que possam se deslocar;
- mantenha as saídas desobstruídas;
- identifique locais apropriados para se proteger durante o movimento sísmico.

O objetivo é evitar que as pessoas se machuquem ou fiquem presas antes de poder iniciar a evacuação.

1.23. PLANEJAR A CONTAGEM DE PESSOAS

A instituição deve dispor de um procedimento que permita determinar, uma vez alcançada a zona segura, quem evacuou.



Conforme as características do estabelecimento, podem ser utilizados:

- Listas,
- registros de presença,
- listas nominais por grupos,
- responsáveis pelos setores,
- sistemas de identificação,
- outros mecanismos apropriados.

As listas necessárias devem poder ser transportadas rapidamente.

NUNCA SE DEVE ATRASAR UMA EVACUAÇÃO PARA BUSCAR, PREENCHER OU RECUPERAR UMA LISTA.

A contagem deve ser feita na zona segura, e não antes de deixar a zona de ameaça.

1.24. ESTABELECER UM PONTO SEGURO DE ENCONTRO

O ponto deve estar fora da zona de ameaça e ser compatível com os planos oficiais. Deve ter capacidade razoável para receber as pessoas previstas.

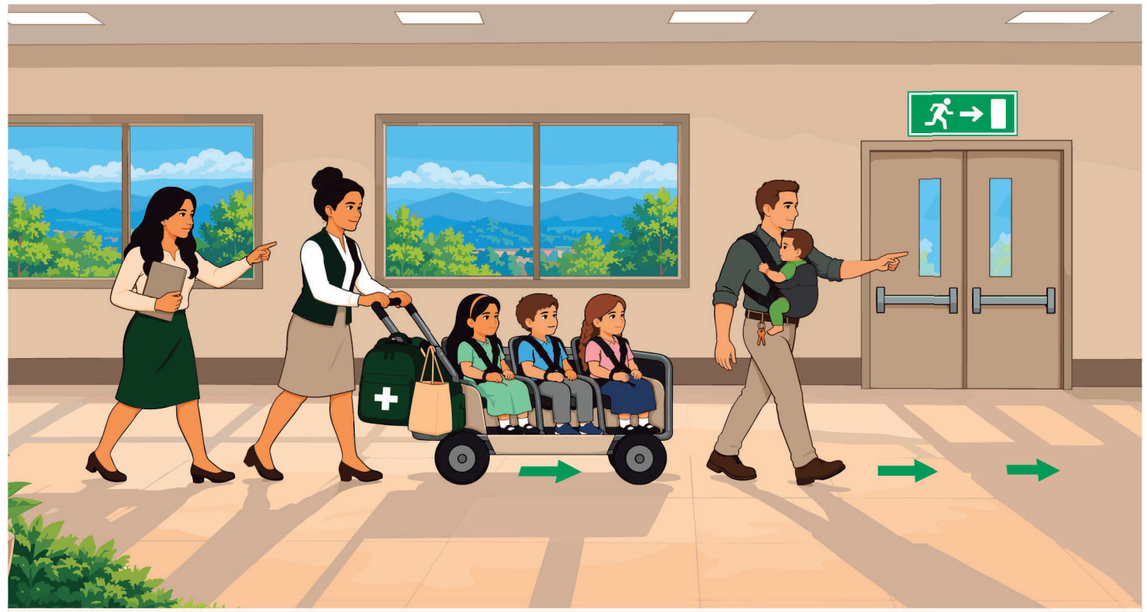
Todos os responsáveis devem conhecer:

- Sua localização,
- a rota para chegar até ele,
- as rotas alternativas,
- o local designado para cada grupo,
- o procedimento de contagem,
- as regras para permanecer no local.

Deve ser previsto um ponto alternativo caso o principal esteja inacessível.

1.17. PLANEJAR A EVACUAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

Creches, estabelecimentos de ensino, centros comunitários, organizações religiosas e qualquer instituição que possa ter bebês ou crianças pequenas devem considerar que algumas delas não poderão se deslocar por conta própria.



O plano deve determinar:

- Quem será responsável por seu transporte,
- qual sistema será utilizado,
- quais equipamentos serão necessários,
- quantos adultos serão necessários,
- como os itens essenciais serão transportados,
- como será feita a identificação e a contagem.

O sistema deve ser testado durante simulações.

1.18. IDOSOS E PESSOAS QUE PRECISAM DE ASSISTÊNCIA

As instituições que recebem ou abrigam idosos devem considerar que algumas podem precisar de mais tempo para se deslocar, utilizar dispositivos de mobilidade, necessitar de medicamentos ou precisar de assistência. **A idade, por si só, não implica incapacidade.**

O planejamento deve se basear nas necessidades reais de cada pessoa e determinar:

- Quem pode evacuar de forma autônoma,
- quem precisa de assistência,
- quais dispositivos devem acompanhá-la,
- qual rota é acessível,
- quanto tempo o deslocamento exige,
- quantas pessoas devem prestar ajuda.

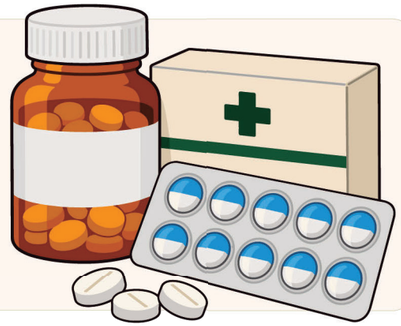
O tempo deve ser verificado por meio de exercícios reais, e não por estimativas teóricas.

1.19. PESSOAS COM NECESSIDADES MÉDICAS ESPECIAIS

Quando uma instituição tiver sob sua responsabilidade pessoas que dependam de medicamentos, tratamentos, oxigênio, equipamentos elétricos ou outros dispositivos médicos, essas necessidades devem ser integradas ao plano.

Conforme aplicável, deverá ser considerado:

- Medicação essencial,
- informações sobre doses,
- alergias,
- baterias,
- carregadores,
- fontes alternativas de alimentação apropriadas,
- suprimentos médicos,
- instruções básicas para terceiros,
- informações de contato de serviços médicos.



Os medicamentos deverão ser armazenados e administrados de acordo com as normas correspondentes.

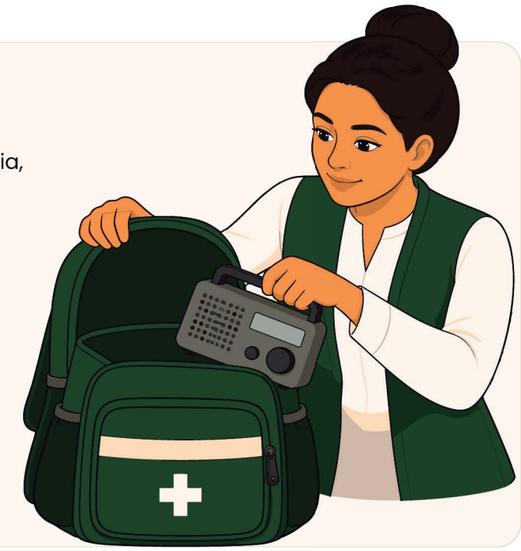
1.20. PREPARAR OS EQUIPAMENTOS INSTITUCIONAIS DE EMERGÊNCIA

Os equipamentos devem ser dimensionados de acordo com:

- Quantidade de pessoas,
- características do estabelecimento,
- atividades desenvolvidas,
- necessidades específicas dos ocupantes,
- riscos locais.

Considere dispor de:

- Kits de primeiros socorros,
- lanternas (incluindo algumas de cabeça),
- pilhas de reposição,
- rádio portátil AM/FM a pilhas ou de manivela,
- apitos,
- baterias externas carregadas,
- cabos de carregamento,
- máscaras apropriadas para ambientes com poeira,
- luvas,
- itens básicos de higiene,
- água para emergência,
- mantas térmicas,
- sacos resistentes,
- cópias protegidas de informações institucionais essenciais,
- listas e telefones de emergência,
- itens específicos exigidos pelas atividades da instituição.



Os equipamentos devem permanecer acessíveis e ser conhecidos pelos responsáveis.

Não devem ser armazenados de forma que sua retirada atrase a evacuação.

1.21. PROTEGER A INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL ESSENCIAL

A instituição deve dispor de cópias protegidas e, quando possível, de backups digitais seguros das informações indispensáveis para a continuidade posterior.

Pode incluir:

- Dados de contato dos responsáveis,
- telefones de emergência,
- apólices de seguro,
- documentação essencial,
- inventários críticos,
- informações necessárias para o atendimento de pessoas sob responsabilidade institucional,
- informações de fornecedores essenciais,
- procedimentos de emergência.

A proteção prévia das informações tem justamente o objetivo de evitar que alguém tente retirá-las durante a evacuação.

NUNCA SE DEVE ATRASAR UMA EVACUAÇÃO PARA BUSCAR DOCUMENTAÇÃO.

1.22. PREPARAR A COMUNICAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Durante um desastre podem ocorrer quedas de energia, interrupções da internet, congestionamento das redes telefônicas, falhas nas antenas e perda de dispositivos. Por isso, o sistema institucional deve dispor de alternativas.



Estabeleça previamente:

- Quem se comunicará com as autoridades,
- quem será responsável por informar internamente,
- quais canais serão utilizados,
- qual canal alternativo existe,
- quais números também deverão ser mantidos em papel,
- como será feita a comunicação a partir da zona segura,
- quem poderá emitir informações em nome da instituição.

Durante uma emergência, devem ser priorizadas comunicações breves e operacionais.

Não devem ser divulgados boatos nem informações não verificadas.